

“Espero que o pacote laboral chegue ao Parlamento com um acordo” na concertação

O líder parlamentar socialista ainda acredita que possa haver na concertação social um acordo com a UGT em relação ao pacote laboral, mas apenas se o “conjunto de questões mais gravosas” sair. É uma questão “de perceber se o Governo recebeu de forma adequada a mensagem da greve geral”, diz.



Brilhante Dias espera que lei laboral chegue ao Parlamento com um acordo na concertação

Filomena Lança / Rosário Lira

SEGUIR

09:00

A reforma laboral do Governo tem propostas que representam um “retrocesso civilizacional”, avisa o líder parlamentar socialista, Eurico Brilhante Dias, que ainda acredita que possa haver um acordo na concertação social com a UGT, que até “já se sentou à mesa com a ministra” depois da greve geral e “tem sido sempre um parceiro responsável e disponível para acordos”. Na prática, admite, continua tudo em aberto em matéria do pacote laboral.

Pensa que houve inabilidade política do Governo ou da ministra do Trabalho ao avançar com esta proposta de lei laboral em sede de concertação social, sem uma conversa prévia, sem um ajuste de posições?

E com viés ideológico. Às vezes parece que só a esquerda é que tem ideologia, mas não é verdade. A direita tem ideologia e muita, como se vê nessa proposta de pacote laboral e na forma como a ministra do Trabalho fez referência a que a lei laboral é desequilibrada a favor dos trabalhadores. Inabilidade política, e aquilo que era um património de estabilidade social e até de alguma tranquilidade na relação entre o Governo, confederações patronais e sindicatos, esse bem foi atirado borda fora.

E não há volta a dar?

O Governo terá metido na cabeça que se não tivesse um acordo na concertação social com as confederações sindicais, conseguiria passar o pacote laboral no Parlamento, porque o Chega e a extrema-direita parlamentar iria viabilizar. Naturalmente as confederações sindicais reagiram. A UGT foi muito maltratada neste processo, porque tem sido sempre um parceiro responsável e disponível para acordos. Tivemos uma greve geral, que foi uma grande greve geral, não há muita volta a dar.

Devemos retomar? Há condições para isso?

Claro que há. Não só a UGT já se sentou à mesa com a ministra, já depois da greve geral, como o PS, quando o diploma vier para o Parlamento, também terá as suas propostas.

E como é que ele vem para o Parlamento, do seu ponto de vista? Com ou sem acordo?

Espero preferencialmente que venha com acordo e que o conjunto de questões mais gravosas saiam.

Acredita num entendimento entre a UGT e o Governo?

Não é uma questão de fé, é uma questão de perceber se o Governo recebeu de forma adequada a mensagem da greve geral. Porque há um conjunto de alterações que, ou caem, ou provavelmente a UGT, não dará acordo. Mas pela UGT falará a UGT.

E quanto ao PS?

Algumas das normas que são propostas são absolutamente inviáveis, desequilibradoras, promotoras da precariedade, são injustas, como é o caso da descriminalização do trabalho não declarado, que eu não consigo perceber como é que alguém no século XXI vem propor isso ao Parlamento quando sabemos que as pessoas mais frágeis, como é o caso das trabalhadoras domésticas, precisam dessa pressão para verem muitas vezes o seu trabalho reconhecido com contribuições para a Segurança Social pelo empregador. É do ponto de vista civilizacional um retrocesso.

Uma proposta sem acordo na concertação social é chumbo certo do PS no Parlamento?

Sem saber qual é [essa proposta] e com que pressupostos, qualquer afirmação tão perentória da minha parte apenas seria irresponsável. O PS privilegia sempre a concertação social. Um acordo tem que ter ganhos de causa para os trabalhadores. O PS não quis posicionar-se nesta reforma da legislação laboral como um partido imobilista. Bem pelo contrário. Agora, melhorar, aperfeiçoar é sempre possível. Porém, desequilibrar as relações laborais, promovendo a precariedade, promovendo, ao mesmo tempo, a redução de salários, isso já não nos parece possível e é evidente que a reação foi muito violenta por quem se sentiu enganado e as confederações sindicais sentiram-se enganadas.

Obrigado por apoiar o nosso jornalismo.

No Negócios temos como missão disponibilizar informação económica fiável, atual e relevante. E se a batalha pela relevância é uma responsabilidade que nos cabe, no novo enquadramento do setor a capacidade de continuarmos a desempenhar o nosso papel depende cada vez mais do investimento do leitor. Agradecemos a sua confiança. Vamos continuar a trabalhar para a merecer.

C•STUDIO

[Renovação de edifícios](#)

[Forex: como o mercado funciona e o que considerar antes de começar](#)

[Nos grandes palcos do futebol há Betano](#)

[Não lute contra o frizz. Aprenda a moldá-lo com a nova tecnologia AIRvive](#)

[Atletas "unstoppable" na corrida São Silvestre El Corte Inglés](#)